

XIV Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - SEPesq
Centro Universitário Ritter dos Reis

A chegada dos livros no Brasil

Líliá Baranski Feres
Doutoranda em Letras
UniRitter (CAPES)
liliabaranski@hotmail.com

Resumo: O intuito deste trabalho é apresentar um panorama geral sobre o livro, a leitura e a literatura como ferramentas que viabilizam o desenvolvimento nacional a partir de um breve histórico sobre a chegada dos livros e da atividade editorial no Brasil, pois esse percurso pode nos fornecer pistas úteis para melhor compreender nosso contexto atual.

1 Introdução

A facilidade e a rapidez com que hoje acessamos informações das mais variadas naturezas oblitera as origens da comunicação. Quando nossa única ferramenta era a voz, o conhecimento era propagado boca a boca no mesmo tempo e espaço. O surgimento da escrita alterou significativamente essa dinâmica, pois possibilitou a preservação das informações ao longo do tempo em suporte e formato que pode ser mais facilmente acessado. Antes de se chegar ao formato de livro que conhecemos, o homem utilizou os mais distintos tipos de materiais para registrar sua existência e disseminar seus conhecimentos e experiências. Os sumérios o faziam em tijolos de barro, enquanto os indianos produziam seus “livros” em folhas de palmeira. Maias e astecas usavam uma camada existente entre a casca e a madeira das árvores para escrever; já os romanos registravam suas informações em tábuas de madeira revestidas com cera. O papiro foi criado pelos egípcios em aproximadamente 2.200 a.C, sendo obtido a partir de uma espécie vegetal encontrada às margens do rio Nilo. O termo *papyrus*, no latim, originou a palavra papel. Mais adiante surgiu o pergaminho, cuja principal matéria prima era a pele de carneiro. A curta existência do Brasil (quando comparado à configuração das grandes civilizações da Antiguidade como fenícios, sumérios, chineses, gregos, romanos e egípcios) e a inexistência de registros indígenas sobre o próprio passado, nos leva diretamente para o período pós-descobrimento, quando os livros já gozavam de certa popularidade em outros territórios.

2 A chegada

Talvez não seja surpresa a alegação de que o brasileiro, desde o início de sua civilização, tem pouco interesse pelos livros, já que a história desse produto no Brasil nos mostra que eles eram poucos e de limitado alcance. Inicialmente, eram de cunho religioso

XIV Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - SEPesq
Centro Universitário Ritter dos Reis

(para fins de doutrinação dos nativos) e restritos aos membros do clero. Outros livros relacionados ao campo administrativo compunham bibliotecas particulares daqueles que dependiam desse conhecimento para exercer seu trabalho. Livros não eram um item de necessidade diária (por serem raros eram também caros) e os poucos exemplares domésticos existentes eram de orações. Por se tratar de um artigo incomum, conferia status a quem o possuía, independentemente de seu dono saber ler ou não.

Apesar do descobrimento do Brasil em 1500, nossa primeira imprensa oficial só surgiu séculos depois, em 1808. Até então, existiam livros sobre o país que eram produzidos principalmente na Europa. Em 1807, a invasão de Portugal por Napoleão forçou a Coroa portuguesa a encontrar abrigo em outro lugar, o Rio de Janeiro. Juntamente com essa mudança, em 1808, veio os primeiros equipamentos de impressão, a partir dos quais foi instalada, também no Rio de Janeiro, a Imprensa Régia por ordem de D. João VI (também conhecida como Imprensa Real) que, até o ano de independência do Brasil (1822), foi responsável pela impressão de muitos livros. Os primeiros livros desembarcaram no Brasil em 1810 como acervo da Biblioteca Real, dentre eles a primeira edição de *Os Lusíadas* (ROSA, 2009, p.83).

Ao passo que Portugal se destacava nas navegações a partir do século XV, outros países europeus tomavam a dianteira em uma nova linha de pensamento que ganhou força na segunda metade do século XVII, a chamada Revolução Científica, período marcado pela gradual dissociação da ciência à teologia e pela busca por um conhecimento mais prático, estruturado e voltado às necessidades humanas. Mesmo que o exotismo encontrado se mostrasse uma fonte valiosa de avanços científicos para a transição que estava em curso na época (da Renascença para a Modernidade), tais novidades não foram suficientes para fomentar a criação de uma imprensa brasileira anterior à chegada da família Real. Ainda assim, as notícias do que fora encontrado aqui não deixavam de ganhar as ruas da Europa. Os relatos, as descrições detalhadas da fauna e flora inexploradas, as amostras coletadas e levadas para a Europa foram importantes no avanço das ciências. Gutenberg desempenhou um papel crucial na Revolução Científica ao ter adaptado uma prensa utilizada na produção de vinhos para uma máquina de impressão gráfica de tipos móveis, o chamado prelo, que acelerou a disseminação de informações.

A primeira publicação a respeito do Brasil, após os relatos do próprio Colombo, teria sido *Mundus Novus* (1502?), de Américo Vespúcio, que fora incluído na tripulação de Gonçalo Coelho na condição de observador um ano após o descobrimento de Cabral em 1500 (GAUZ, 2013). A partir do descobrimento, muitos navegadores da Europa vieram para o Brasil para fazerem suas próprias documentações, deixando muitas contribuições sobre um território pouco investigado pelos portugueses – apesar de seu potencial em oferecer conhecimento científico e etnográfico inéditos.

Embora Manuel I (1469-1521) tenha permitido a criação de imprensas em outras colônias (Goa, Índia; Macau, China; Japão; Paraguai) para que os jesuítas portugueses pudessem fazer seu trabalho de conversão dos nativos, o mesmo não ocorreu no Brasil.

Aqui, por razões pouco esclarecidas, os jesuítas parecem não ter recebido permissão para tal. Há registros de tentativas, sem sucesso, de estabelecimento de imprensa por parte dos holandeses, que ocupavam boa parte do nordeste brasileiro entre 1630-1654. Sob o comando do príncipe Maurício de Nassau em Pernambuco, os holandeses solicitaram à Companhia das Índias Ocidentais que enviassem uma prensa da Holanda. Embora o pedido tivesse sido atendido, o tipógrafo designado a viajar para Pernambuco morreu logo após sua chegada em 1643. De qualquer forma, os holandeses contribuíram bastante para a disseminação de conhecimento a respeito dos primórdios do Brasil, deixando uma grande quantidade de livros relacionados à história natural. Após a expulsão dos holandeses do nordeste brasileiro, não apareceram novos trabalhos impressos sobre a flora e a fauna brasileira até o final do século XVIII. O que fora descoberto por cientistas holandeses acerca de plantas medicinais só foi amplamente divulgado após o século XIX.

O primeiro livro impresso em língua portuguesa nas Américas teria sido *D.O.M. Luzeiro evangélico: que mostra à todos os Christãos das Indias Orientais o caminho único, seguro e certo da recta fé, para chegarem ao porto da salvação eterna, ou Instrução dos principais artigos da religião cristão [sic] convertidos, os quais se explicão com claridade*, impresso no México em 1710. Trata-se de um trabalho de mais de 500 páginas escritas por um missionário com o intuito de combater o protestantismo na Índia. *Relação da entrada que fez o excellentíssimo, e reverendíssimo senhor D.Fr. Antonio do Desterro Malheyro Bispo do Rio de Janeiro (1747)* é considerado o primeiro livro impresso no Brasil, e o primeiro livro impresso no Brasil com tipos móveis surgiu também em meados do século XVIII, ambos de responsabilidade do tipógrafo Antonio Isidoro da Fonseca, que atuou apesar da falta de permissões civis e religiosas necessárias para a atividade (elas tomariam muito tempo e dinheiro). A única aprovação que ele recebia era do bispo local que somente atestava não se tratar de obra contra a fé, o que não era suficiente para a Coroa portuguesa. Talvez por isso sua prensa tenha sido extinta pouco depois e, estando de volta em Portugal, tenha tido seu pedido de retorno ao Brasil negado pela Coroa.

As diversas tentativas frustradas de se criar editoras no Brasil pode ser explicada, entre outras razões, pela necessidade de resguardar a colônia portuguesa do crescente interesse econômico externo, visto que a imprensa já demonstrava ser um poderoso instrumento de mobilização social em movimentos revolucionários (ROSA, 2009, p.82); e também pela política da capital portuguesa de restringir o conhecimento sobre os recursos e as belezas da colônia. Alguns livros impressos em Portugal que retratavam o Brasil eram proibidos pelo regime caso se acreditasse que exaltavam as riquezas brasileiras. Foi o que aconteceu com a obra *História da Província de Santa Cruz (1576)*, do historiador e cronista português Pero de Magalhães Gândavo, que teria sido o primeiro livro em língua portuguesa sobre o Brasil, proclamando suas belezas. Logo foi confiscado pelo governo por ser considerado quase um convite a emigrar para o Brasil. Livros que ensinavam a plantar tabaco, a extrair ouro e prata, e a extrair açúcar da cana também foram banidos, como a obra *Cultura e opulência do Brasil por suas drogas, e minas* (Lisboa, 1711), de André João

XIV Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - SEPesq
Centro Universitário Ritter dos Reis

Antonil. Esse tipo de obra, por tratar das fontes de riqueza do país, era considerado extremamente confidencial. A primeira publicação sobre a história da América portuguesa escrita por um “brasileiro” (de nacionalidade portuguesa, mas nascido no Brasil colônia) surgiu na primeira metade do século XVIII: *História da América portuguesa, desde o anno de mil e quinhentos de seu descobrimento, até o de mil e setecentos e vinte e quatro* (Lisboa, 1730), de Sebastião da Rocha Pitta.

Uma grande mudança de cenário ocorreu durante o século XVIII, sobretudo devido às grandes quantidades de ouro e pedras preciosas encontradas em Minas Gerais, conferindo mais independência econômica a Portugal. Esse aumento de riqueza foi seguido por um significativo avanço cultural, abrindo espaço para a arte e a literatura, graças em boa parte ao Iluminismo francês e à revolução por independência em colônias britânicas na América do Norte. Livros que haviam sido proibidos podiam agora ser encontrados no Brasil. Apesar desses avanços, os livreiros ainda eram poucos. Diz-se que havia apenas vinte e três pessoas trabalhando no ramo no Rio de Janeiro entre 1754-1807 (GAUZ, 2013, p. 31).

A abrupta e surpreendente mudança da Coroa portuguesa para o Rio de Janeiro, em um país com status de colônia e com pouco desenvolvimento, foi uma importante motivação para a impressão do livro *Memoria histórica da invasão dos franceses em Portugal no anno de 1807* (1808), de José Caetano da Silva Coutinho, considerado um dos primeiros livros impressos no Rio de Janeiro pela imprensa Real. O estabelecimento da família Real no Brasil demandou mão de obra competente e instruída para servi-los, o que motivou a criação de diversas escolas (Academia Real da Marinha, 1808; Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, 1808; Academia Real Militar, 1810) e, conseqüentemente, a impressão de livros sobre matemática, física, química, história natural, táticas de guerra, geometria, medicina, direito e saúde pública. Devido a essa demanda se criou, em 1809, a primeira imprensa no Brasil. A implementação de cursos de direito em São Paulo e em Olinda influenciaram a atividade editorial brasileira, já que algumas livrarias que também atuavam como editoras produziam livros especificamente para esses cursos (ROSA, 2009, p.81).

A obra *Reflexões sobre alguns dos meios propostos por mais conducentes para melhorar o clima da cidade do Rio de Janeiro* (1808), do médico Manoel Vieira da Silva, é considerado o primeiro livro impresso no Brasil pela Imprensa Régia (Imprensa da Coroa portuguesa), cujo intuito era analisar as doenças no Rio de Janeiro e rever algumas más práticas associadas à saúde pública. Já a obra *Marília de Dirceu* (1792), de Tomás Antonio Gonzaga, é tida como a primeira obra literária a ser impressa pela Imprensa Real, em 1810. Possivelmente, para uso da própria Coroa e da Corte, livros de outros autores europeus foram impressos no Brasil pela Imprensa Real, como *Compendio da obra da riqueza das nações* (Rio de Janeiro, 1811-1812), de Adam Smith; e *Ensaio Moraes* (1811), de Alexander Pope. Somente em 1808, a Imprensa Régia do Rio de Janeiro publicou 40 obras, sendo a maioria livros e panfletos do governo. Entre 1808 e 1822 (ano da independência),

XIV Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - SEPesq
Centro Universitário Ritter dos Reis

foram 1500 livros e mais de 700 leis, decretos, alvarás, correspondências Reais, entre outros (GAUZ, 2013, p.42-43).

Diferentemente da Europa, a indústria editorial brasileira não surgiu a partir das universidades, tampouco foi uma tradição dessas instituições possuírem suas próprias editoras. Coube à iniciativa privada explorar essa atividade (ROSA, 2009, p.84). Com o fim da censura e o monopólio editorial por volta de 1822, surgiram outras editoras por todo país, fundadas por imigrantes europeus, principalmente franceses e portugueses em São Paulo e no Rio de Janeiro, e muitas livrarias passaram a ser também local de encontro, algo que trouxe mais popularidade aos livros. A segunda cidade a receber uma imprensa foi Salvador, que havia sido a capital do país até a metade do século XVIII. Em 1811, o editor português Manuel Antonio da Silva Serva abriu sua primeira oficina, foi responsável pelo primeiro catálogo de biblioteca produzido no Brasil e criou seu próprio jornal, o *Idade d'Ouro*.

Após a independência, em 1822, a chegada de muitos imigrantes ao Brasil criou oportunidade para abertura de diversas filiais de editoras estrangeiras no Rio de Janeiro, como Garnier, Villeneuve, Crémère, Didot e Louis Mongie, nomes que denunciam uma forte influência literária francesa (apesar da colonização portuguesa). Por volta de 1830, escritores, políticos, músicos, jornalistas, médicos e outros membros da elite se reuniam na mais famosa livraria do Rio de Janeiro, a Paulo Brito, que contava com seis prensas, costume que ajudou a incrementar o número de leitores da época.

3 Conclusões

Não se sabe ao certo o motivo de a impressão no Brasil ter surgido somente 300 anos após sua colonização. Talvez essa atividade tenha sido tomada como um negócio qualquer, cuja licença não era obtida por estar localizada em uma colônia, ou por censura devido ao grande poder de influência dos livros, ou então pelo fato da maior parte dos brasileiros com instrução (que poderiam ter produzido esse conhecimento a ser impresso) ter seguido carreira em Portugal ou outros países da Europa. O fato é que séculos de administração religiosa resultaram em impressões específicas para uso próprio e em muita censura, impedindo um desenvolvimento mais rápido dessa atividade. É preciso ter em mente que o livro, assim como outros artigos, se apresenta de determinada forma em determinada época como resultado das circunstâncias de seu tempo. Assim,

“seu aspecto gráfico é o encontro da estética com a tecnologia disponível. Sua produção requer a disponibilidade de certos produtos industriais [...]. Sua venda constitui um processo comercial condicionado por fatores geográficos, econômicos, educacionais, sociais e políticos”. (HALLEWELL, 2005, p.43)

E sua existência serve para dar expressão aos valores culturais e ideológicos de um dado período, para ser um acesso a atos e pensamentos do homem. São tantas

XIV Semana de Extensão, Pesquisa e Pós-Graduação - SEPesq
Centro Universitário Ritter dos Reis

circunstâncias que resultam na concretude dos livros quantas são suas potencialidades ao ser fruído. Em virtude disso, a fim de reafirmar o livro como um bem cultural, incentivar o prazer da leitura, a publicação de livros e a proteção dos direitos autorais, a Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (UNESCO), instituiu, em 1995, 23 de abril como o Dia Mundial do Livro. A data foi escolhida por ser aniversário de nascimento e morte de William Shakespeare e de falecimento de Miguel de Cervantes – entre outros autores renomados. O fato é que essa data passou a ser muito importante para todos aqueles que reconhecem o livro como vetor de cultura e lazer, assim como a leitura como meio de desenvolvimento e inclusão social do indivíduo.

Referências

EARP, F. S; KORNIS, G. **A economia do livro: a crise atual e uma proposta de política**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de economia, 2005. Disponível em:

<
http://www.ie.ufrj.br/images/pesquisa/publicacoes/discussao/2005/a_economia_do_livro_a_crise_atual_e_uma_proposta_de_politica.pdf>. Acesso em: 11 out. 2018.

GAUZ, V. Early Printing in Brazil. In: **Bulletin du bibliophile**. Paris, n. 1, p.23-47, 2013. Disponível em: <<http://valeriagauz.net/images/earlyprinting.pdf>>. Acesso em: 11 out.2018.

ROSA, F.G.M.G. Os primórdios da inserção do livro no Brasil. In PORTO, C.M., org. **Difusão e cultura científica: alguns recortes** [online]. Salvador: EDUFBA, 2009. pp.75-92. Disponível em: <<http://books.scielo.org/id/68/pdf/porto-9788523209124-04.pdf>>. Acesso em: 11 out.2018.